

Índice

11	Abreviaturas
13	Normas de transcrição
15	Nota introdutória
PRIMEIRA PARTE	
19	A TERRA E OS SEUS HABITANTES
24	1. A vila
25	1. 1. O espaço urbano
30	1. 2. As atividades económicas
31	1. 2. 1. A indústria
37	1. 2. 2. O comércio e os transportes
38	1. 2. 2. 1. O comércio fixo
41	1. 2. 2. 2. Os negociantes de grosso trato
46	1. 2. 2. 3. O comércio ao ar livre
50	1. 2. 2. 4. Os transportes
52	1. 2. 3. Os serviços
56	1. 2. 4. O crédito privado
59	2. Os coutos
63	3. A coutada do povo
68	4. As freguesias rurais
81	4. 1. Os juízes e escrivães da vintena
85	5. Os homens do governo local: uma breve caracterização
85	5. 1. O juiz de fora
86	5. 2. Os vereadores

- 92 5. 3. Os procuradores do concelho
94 5. 4. Os almotacés
96 5. 5. O chanceler
97 5. 6. O tesoureiro

100 6. Os estrangeiros

102 7. Traços do quotidiano

SEGUNDA PARTE

O IMPACTO EM ESTREMOZ DA EVOLUÇÃO POLÍTICA NACIONAL

111 1. Os antecedentes da revolução liberal

114 2. A revolução liberal e o triénio vintista

133 3. Da «Vila-Francada» ao reconhecimento da independência do Brasil

144 4. Da morte de D. João VI ao regresso de D. Miguel

154 5. Os motins contrarrevolucionários de 1828

171 6. O reinado de D. Miguel

171 6. 1. Os anos de euforia

180 6. 2. O agravamento do contexto nacional e internacional

196 6. 3. A Guerra Civil e a derrota do miguelismo

204 6. 3. 1. A *Horrorosa mortandade* de 27 de julho de 1833

213 6. 3. 2. O ano derradeiro do miguelismo

221 7. A reposição do constitucionalismo monárquico

229 Uma reflexão final

235 Fontes e bibliografia

245 Anexo

índice dos quadros

- 22 Quadro N° 1 - Concelho de Estremoz e municípios vizinhos em 1801.
- 26 Quadro N° 2 - A malha urbana de Estremoz.
- 31 Quadro N° 3 - Artesanato.
- 38 Quadro N° 4 - Comércio e transportes.
- 47 Quadro N° 5 - Vendedores nas feiras de Estremoz.
- 52 Quadro N° 6 - Serviços.
- 60 Quadro N° 7 - Propriedades dos coutos.
- 69 Quadro N° 8 - Distribuição da superfície agrícola do concelho de Estremoz.
- 70 Quadro N° 9 - Freguesias rurais do termo de Estremoz.
- 88 Quadro N° 10 - Vereadores da câmara de Estremoz. 1820-1834.
- 168 Quadro N° 11 - Ocupação dos detidos em Estremoz. Ano de 1828.

índice de figuras

- 137 Fig. 1 - Frontispício do opúsculo *Narração verdadeira do que se praticou na Villa de Estremoz Quando se proclamou Sua Magestade El Rei Nossa Senhor Restituído ao seu Throno, e antigos poderes.*
- 144 Fig. 2 - Frontispício do opúsculo *Relação da Pomposa Solemnidade com que o Senado da Camara da Villa de Estremoz fez celebrar as Exequias pela Morte do Augusto Imperador do Brasil, e Rei de Portugal, o Senhor D. João VI.*
- 153 Fig. 3 - Alegoria do regresso de D. Miguel a Portugal. 1827.
- 159 Fig 4 - Frontispício do manuscrito *Extracto Circunstaciado e verídico dos acontecimentos que se praticarão em Estremoz. Desde o dia 23 de Fevereiro de 1828 Athe ao dia 25 de Maio de 1834. Dedicado por hum Filho a seu Pai. Como testemunho de respeito e amor que lhe consagra. E oferecido Aos Martires da Patria.*
- 170 Fig. 5 - Edifício da antiga Cadeia do Castelo de Estremoz.
- 197 Fig. 6 - D. Pedro IV, imperador do Brasil e rei de Portugal.
- 224 Fig. 7 - D. Maria II, rainha de Portugal.

Abreviaturas

A. A. – Repartição do Alentejo / Algarve

AHMMN – Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo

AMETZ – Arquivo Municipal de Estremoz

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

CMETZ – Câmara Municipal de Estremoz

CMN - Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

COD - Códice

D. P. – Desembargo do Paço

IGP – Intendência Geral da Polícia

P. P. – Processos Políticos do Reinado de D. Miguel

Res. – Reservados

Normas de transcrição

Respeitámos a grafia original, tanto para as fontes manuscritas como para as impressas.

Em ambas mantivemos as maiúsculas e a pontuação, exceto nos casos em que esta última dificultava a compreensão do texto. Nas fontes manuscritas desdobrámos as abreviaturas. Convertemos os j com valor de i nesta última vogal. Eliminámos o til em cima da letra u, nas palavras hum e hua.

Estremoz nos alvores do Liberalismo (1820-1834)

Nota introdutória

A *Horrorosa mortandade* ocorrida em Estremoz em 1833, alertou-nos para o estudo deste período conturbado e singular da história do país e do concelho, compreendido entre 1820 e 1834, tão rico de acontecimentos e caracterizado por acentuadas clivagens sociais, geradoras de fortes emoções e de confrontos violentos, que culminaram numa prolongada guerra civil.

O desmoronamento de um sistema político, social e económico multissecular é naturalmente complexo, moroso, recheado de contradições e de consequências individuais e familiares dolorosas, tanto para os defensores da ordem tradicional, como para os pugnadores pela mudança.

É conhecido o caso paradigmático da Revolução Francesa, que se disseminou e inspirou processos semelhantes em outras nações europeias, incluindo na Península Ibérica, embora neste caso com as especificidades inerentes à situação geográfica, ao modelo institucional, às características culturais e religiosas e ao percurso histórico de cada um dos dois reinos.

Em Portugal, no plano político, o derrube do Estado absoluto e a construção do Estado liberal decorreram, ao longo destes quase 14 anos que nos propomos estudar, plenos de avanços e recuos. Trata-se de um período de tempo curto, mas durante o qual a História adquiriu uma velocidade inédita. Predominaram o radicalismo e a intolerância, gerados pelo confronto de duas mundividências incompatíveis, apesar de algumas tentativas de conciliação,

debalde tentadas, primeiramente por D. João VI nos derradeiros anos de reinado, depois pelo seu primogénito D. Pedro.

No plano socioeconómico, embora as mudanças tivessem começado a dar os primeiros passos ainda no contexto do absolutismo ilustrado, teriam ainda, para se tornarem estruturais, um longo caminho a percorrer, ultrapassando por isso o nosso arco temporal.

Tendo já abordado o passado histórico de Estremoz num outro período também conturbado, a época da Guerra da Restauração, constatámos que os seus habitantes, apesar da insegurança, dos constrangimentos e sacrifícios de toda a espécie vividos nesses anos de 1641 a 1668, se encontravam, no essencial, unidos em torno de uma causa comum, a luta pela independência nacional, o que os ajudou a superar as dificuldades. Pelo contrário, entre 1820 e 1834, estavam dramaticamente divididos entre as causas realista e liberal. Essa divergência colocou em confronto diferentes grupos sociais, mas também atingiu dolorosamente colegas de profissão, vizinhos e familiares, incluindo pais, filhos e irmãos. Gerou a animosidade e a desconfiança entre amigos da véspera. E os sentimentos negativos de ressentimento, cobiça, inveja, rivalidade e sede de vingança, sempre presentes nas relações humanas, mas geralmente atenuados e até adormecidos em tempos de acalmia e normalidade, emergiram com uma força inusitada nestes anos, em que a anarquia se sobrepôs, quantas vezes, à ordem estabelecida, criando-se o ambiente propício à delação, à perseguição e ao ódio.

Em épocas de radicalismo político e ideológico, ninguém fica inocente. Mas a fúria persecutória dos adeptos do miguelismo atingiu níveis nunca antes conhecidos na longa história nacional. Estremoz não fugiu à regra. Mais ainda, ocorreram, principalmente entre 1828 e 1833, atos de violência e crueldade apenas comparáveis aos do Porto após o fracasso da revolta liberal de 1828, e ainda mais graves que os desencadeados em terras algarvias.

Propusemo-nos, neste contexto, encontrar uma explicação para tal dramatismo, e ao mesmo tempo perceber como decorreu o quotidiano dos estremocenses neste longo período de anormalidade. Partimos da documentação produzida no concelho, a mais importante para aferir do impacto em Estremoz das transformações políticas desencadeadas, com grande celeridade, a nível nacional, nomeadamente as atas das vereações camarárias, os livros de décimas e os de receita e despesa. Através dela acompanharemos a evolução da vida administrativa, económica e social da vila e do seu termo, incluindo as reações dos corpos dirigentes do município, das

elites, do povo, e até da guarnição militar da Praça, aos eventos políticos e militares da época.

O que o laconismo dos registos oficiais não permitiu conhecer, será em parte aprofundado e clarificado através da documentação emanada dos organismos centrais do poder, existente no Arquivo da Torre do Tombo. Entre esta, destacamos: a que foi enviada ao tribunal do Desembargo do Paço, tanto pela câmara como pelos moradores, ou recebida deste tribunal régio, endereçada principalmente à edilidade; a Intendência Geral da Polícia, na sua troca de correspondência com as magistraturas locais; e os Feitos Findos referentes aos Processos Políticos do Reinado de D. Miguel. Estes últimos, além de incluírem a maioria dos processos dos detidos políticos liberais de Estremoz, dão-nos a conhecer muitos aspectos da vida local, incluindo o contexto e as motivações das detenções. Além disso elucidam-nos acerca dos atropelos à legalidade e das arbitrariedades na instrução local dos processos de acusação, reflexo de um governo arbitrário, onde a lei, mesmo a tradicional, deixara de pautar a vida pública, desde a administração e a justiça, aos atos mais simples do quotidiano.

No caso de Estremoz, o *Extracto circunstaciado e verídico dos acontecimentos que se praticarão em Estremoz. Desde o dia 23 de Fevereiro de 1828 Athé ao dia 25 de Maio de 1834*, um manuscrito inédito que citaremos com frequência, escrito por um anónimo liberal, muito provavelmente também vítima de prisão, completa e enriquece consideravelmente as fontes de natureza oficial. Embora deva ser lido com a reserva que o historiador deve manter em face de informações desta natureza, faculta-nos pormenores factuais importantes, esclarece-nos acerca dos sentimentos, temores e angústias dos perseguidos políticos e de suas famílias, inexistentes na documentação oficial. Emite as opiniões pessoais do autor acerca de figuras cimeiras do realismo estremocense, tanto civis como militares, e traça-nos o retrato de uma boa parte do quotidiano da vila nestes tempos de exceção.

Recorremos, do mesmo modo, a outra fonte pessoal importante e incontornável para o estudo desta época, as *Memórias do 7º marquês de Fronteira e Alorna*, D. José Trasimundo Mascarenhas Barreto. Na qualidade de oficial do Exército Libertador, relata-nos a sua entrada em Estremoz e a libertação da vila na véspera da assinatura da Convenção de Évora Monte, transmitindo a sua percepção do ambiente então aí vivido.

A existência de um único livro respeitante à cobrança do imposto da décima, referente ao ano de 1833, apesar do seu valor para o conhecimento

da vida económica e social, impede-nos a comparação com os anos anteriores, complicando ainda mais a resposta a uma questão já de si difícil, a do impacto socioeconómico da instabilidade política e militar. Tentámos, através de outras fontes, colmatar, pelo menos em parte, esta lacuna.

Com os recursos disponíveis, acompanhados do indispensável enquadramento de âmbito nacional e internacional, tentaremos contribuir para o conhecimento e a compreensão da vida dos estremocenses, neste período fulcral da transição entre o Antigo Regime e o Constitucionalismo Monárquico, certamente um dos mais difíceis da sua longa e tantas vezes atribulada história.

Resta-me agradecer a todos quantos contribuíram para a publicação deste livro.

Em primeiro lugar à Câmara Municipal de Estremoz, na pessoa do seu Presidente, e do doutor Hugo Guerreiro, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Sociocultural, Educativo e Desportivo da Câmara, pela confiança que sempre tem depositado no meu trabalho.

Ao Professor Doutor Fernando de Sousa, Diretor do CEPSE (Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade), ao qual tenho a honra de pertencer como investigadora integrada, pelo apoio à edição de mais um livro da minha autoria.

Aos funcionários dos arquivos e bibliotecas que frequentei, pelo apoio e disponibilidade prestados à investigação. Entre todos, destaco o Arquivo Municipal de Estremoz, por ter sido aí que incidiu o essencial da minha pesquisa. À senhora doutora Paula Gonçalves e às suas prestativas Colaboradoras, pela apoio e cordialidade com que sempre me acolheram, ao ponto de me fazerem sentir em casa.

Ao Vasco Cachené, funcionário do Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo, pela preciosa ajuda prestada na digitalização das figuras.

Ao meu marido, Jorge Fonseca, pela leitura atenta do texto e pelas sugestões que o enriqueceram.

Finalmente, às Edições Húmus e ao senhor Rui Magalhães, pela disponibilidade da publicação de mais um livro de minha autoria.